

TC 034.660/2014-3**Natureza:** Monitoramento**Unidades:** Casa Civil da Presidência da República; Instituto Nacional do Seguro Social; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria de Coordenação e Organização Institucional; Secretaria de Orçamento Federal - MP; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho**DESPACHO**

Em conformidade com o subitem 9.2 do Acórdão nº 2940/2016-Plenário-TCU, recebo toda a documentação produzida em face do pretense recurso contra o Acórdão nº 2314/2015-Plenário-TCU como subsídio à instrução do presente monitoramento e determino à SecexPrevidência que, de imediato e prioritariamente, proceda à verificação da subsistência dos comandos dessa última deliberação à luz das manifestações do Ministério da Defesa e da Serur.

Adicionalmente, considerando que o Relator do recurso havia determinado inicialmente a suspensão parcial dos efeitos do Acórdão nº 2314/2015-Plenário-TCU, bem como em respeito aos princípios da confiança legítima e da segurança jurídica, estabeleço que a contagem dos prazos definidos nos subitens 9.5, 9.6 e 9.7 do referido julgado deva ter início à partir da notificação do Acórdão nº 2940/2016-Plenário-TCU.

Brasília, 14 de dezembro de 2016.

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator